VISÃO DO CORREIO

O real sob pressão

O dólar é um preço que o brasileiro acompanha mesmo sem perceber. Está na bomba de combustível, na farmácia, no preço do pão e na passagem de avião. Nas últimas semanas, ele subiu mais depressa que em quase qualquer outro país, e o motivo está em parte fora do Brasil e em parte dentro dele.

Nas últimas semanas, o dólar voltou a se fortalecer no mundo todo, e a maioria das moedas relevantes perdeu valor frente à moeda norte-americana. O Brasil sente o movimento com mais força que quase todos os demais. Ontem, o dólar chegou a R$ 5,81, o maior valor desde abril de 2025. O real acumula perda próxima de 14% desde o segundo turno, a maior entre as 20 moedas mais usadas no comércio exterior, segundo levantamento da BBC News Brasil. Um dia depois da eleição, o dólar já havia registrado a maior alta diária desde janeiro de 1999, quando o câmbio passou a flutuar.

Parte da pressão vem de fora. Investidores têm migrado para os Estados Unidos diante da expectativa de nova alta de juros pelo Federal Reserve, num cenário de inflação ainda elevada na maior economia do mundo, e a queda das ações de semicondutores e de empresas de inteligência artificial desde que a crise na Nvidia aumentou a aversão a risco.

O que explica o real perder mais que as demais é, em boa medida, estrutural. Analistas apontam que o ajuste fiscal apresentado pelo governo, aprovado em primeira etapa no Senado e a caminho da Câmara, não reverte a tendência de crescimento da dívida pública. Parte das medidas depende de decisões futuras, e a exclusão de gastos com o diesel da meta de 2026 retira a despesa do cálculo sem reduzi-la. As despesas obrigatórias, indexadas e protegidas por pisos constitucionais, deixam pouca margem de corte, e a incerteza sobre a equipe econômica e a política fiscal do próximo mandato soma-se ao prêmio de risco. O país lidera o ranking mundial de juros reais, o que atrai capital e também mede o preço que se paga pela desconfiança. Por fim, o real é uma das moedas emergentes mais líquidas do mercado, e por isso costuma ser a primeira a ser vendida quando o investidor global reduz risco.

O dólar alto chega à vida do brasileiro por vários caminhos. Encarece combustíveis, trigo, fertilizantes, eletrônicos, remédios e insumos importados, e esses aumentos se espalham pela cadeia até o preço final no supermercado e na farmácia. Pressiona a inflação e adia a retomada dos cortes de juros, o que mantém o crédito caro para famílias e empresas. Eleva o custo das dívidas em dólar, das viagens e dos estudos no exterior. Há quem ganhe, como exportadores e o agronegócio, mas o efeito sobre o bolso da maioria, que consome produtos com componente importado e depende de crédito, é de perda.

Há saída dentro do tripé macroeconômico, que combina metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. O primeiro passo é dar credibilidade ao ajuste: aprovar o pacote sem diluí-lo, evitar artifícios contábeis que tiram despesa da meta sem cortá-la e apresentar uma trajetória plurianual para o superavit primário e a estabilização da dívida, com reformas que enfrentem a rigidez do gasto obrigatório e a eficiência dos benefícios tributários. O governo já sinaliza uma nova rodada, por meio de PEC. A segunda frente é a clareza: definir logo a equipe econômica do próximo mandato e as diretrizes fiscais reduz a incerteza mais rápido que qualquer intervenção. A terceira é manter a política monetária ancorada na meta de inflação e na comunicação previsível. No médio prazo, é preciso reduzir a vulnerabilidade externa, com mercado de capitais doméstico mais profundo, poupança de longo prazo e pauta exportadora mais diversificada.

Enquanto isso, o governo e o Banco Central precisam acompanhar o tema de perto. O BC afirma que só intervém em caso de disfuncionalidade do mercado, e a posição é correta: o câmbio flutuante existe para absorver choques, e defender um nível de cotação consumiria reservas sem atacar a causa. Isso exige monitorar o funcionamento do mercado, a transmissão do câmbio aos preços e o custo da dívida, e estar pronto para oferecer liquidez se houver distorção. O Tesouro, que já recomprou títulos para aliviar a pressão, deve manter a gestão da dívida atenta. A Fazenda e o Congresso Nacional, por sua vez, precisam mostrar disposição de cumprir o que prometem.

Um dólar chegando aos R$ 6 tem solução, e um país com reservas elevadas, instituições monetárias reconhecidas e inflação sob acompanhamento tem meios de atravessar o momento. A confiança é a variável que o próprio país controla, e cada dia sem sinais claros sobre o rumo das contas públicas encarece o custo. A vigilância que se pede ao governo e ao Banco Central é a de quem sabe que o câmbio cobra a fatura da incerteza em preços, em juros e em renda.



RODRIGO CRAVEIRO
rodrigo.craveiro@gmail.com

O rumo tortuoso da paz

Estive em Israel na última semana. Visitei o sul e o norte do país, nas respectivas fronteiras com a Faixa de Gaza e com o Líbano. Tive contato com judeus, drusos e alauítas. Também escutei as opiniões de um ativista palestino, de um professor judeu e de jornalistas israelenses especializados em política. Caminhei pelas ruelas da Cidade Velha de Jerusalém e testemunhei a fé em sua essência mais plural: cristãos rezando no Santo Sepulcro, judeus orando no Muro das Lamentações e muçulmanos se dirigindo até a Esplanada das Mesquitas. Não é difícil compreender por qual motivo Jerusalém tornou-se o centro nevrálgico do conflito no Oriente Médio.

A cidade antiga, com mais de 3 mil anos de história, guarda uma simbologia por demais sagrada em apenas um quilômetro quadrado de área. No Monte do Templo, construído sobre o Monte Moriá, Deus pediu a Abraão que sacrificasse o filho Isaac. No mesmo local, o profeta Maomé ascendeu ao céu sobre uma rocha. Vizinho à Esplanada das Mesquitas, o Kotel (Muro das Lamentações) é o resquício do muro de contenção no flanco ocidental do Segundo Templo, erguido por Herodes. A poucos metros dali, o imperador romano Constantino determinou que fosse erigida uma igreja sobre o Monte Calvário, onde Jesus Cristo foi crucificado e sepultado.

É nesse amálgama de fés e crenças que Jerusalém se encaixa. Não à toa é o principal imbróglio em um conflito que tem a disputa pela terra em seu cerne. A criação do Estado da Palestina, em convivência lado a lado com o Estado de Israel, é a única solução para a paz. O caminho é tortuoso. Exige concessões extremas de ambos os lados. Israel tem que cessar a colonização da Cisjordânia, retirar as tropas dos territórios ocupados, reconstruir Gaza, ceder parte de Jerusalém aos palestinos e viabilizar o retorno de refugiados espalhados pelo Oriente Médio. Os palestinos precisam desarmar grupos fundamentalistas, adotar uma perspectiva factível de um Estado restrito aos seus limites territoriais quando criado, assinar um pacto de não agressão, punir ações terroristas e ceder parte de Jerusalém aos israelenses.

O fim dos assentamentos na Cisjordânia exige o desmantelamento das colônias e a remoção dos moradores para áreas dentro do território de Israel. A presença de assentamentos onde Israel considera serem Samaria e Judeia inviabiliza a paz. Muito sangue foi derramado no Oriente Médio. Ódio e ressentimento fomentaram um futuro de dor e de luto. O massacre de 7 de outubro de 2023 foi atrocidade e crueldade. Mas a resposta militar de Israel em Gaza também teve características dantescas. Como me disse o ativista palestino Mohammed Dajani Adoudi, bombas não distiguem escolas, casas e hospitais.

É preciso que todo o Oriente Médio se empenhe em um processo de negociação credível e viável que abra as portas para a solução baseada em dois Estados. Chega de proselitismo político e de verborragia demagógica de nações poderosas, cujos líderes mais buscam massagear o próprio ego do que apresentar resultados que ponham fim à matança dos dois lados.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. **E-mail:** *sredat.df@dabr.com.br.* O **Correio** reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Banco do Brasil

Empresas estatais como o Banco do Brasil precisam de uma gestão técnica para evitar resultados ruins como os atuais. O banco tem o seu papel social, mas precisa estar alinhado com o mercado e atento à concorrência. Outro exemplo negativo tem sido os Correios, que acumula prejuízos em série há vários anos.

» **Marcos G. Figueira**
Sudoeste

Correios

A situação dos Correios é exemplo de caso de recursos dos contribuintes desperdiçados por uma gestão ineficiente. A situação se agrava com o endividamento. No final de 2025, com aval do governo, quatro bancos concederam um empréstimo de R$ 12 bilhões aos Correios. O montante mostrou-se tão insuficiente que já está acordado que o governo Lula avalizará um novo empréstimo de R$ 6 bilhões para 2027 — valor que, certamente, também não resolverá o problema. Diante disso, restam apenas duas saídas: encerrar de vez as atividades da estatal ou privatizar o que for viável aos investidores, estancando essa má administração do patrimônio público. Esse cenário não se limita aos Correios, mas reflete o desempenho geral das estatais federais sob o comando petista. O que mais indigna é perceber que, em seu quarto mandato, Lula dá pouca atenção ao equilíbrio das contas e da dívida pública, que seguem em frangalhos. Ao que tudo indica, esse padrão de gestão infelizmente deve continuar.

» **Paulo Panossian**
São Carlos (SP)

Grito da floresta

O papa Leão XIV falou do "grito da terra" e dos pobres, a realidade de uma Amazônia ferida pelo desmatamento, pela contaminação dos rios e pela ganância travestida de progresso. Enquanto os líderes fazem discursos e assinam compromissos, a floresta desaparece, as queimadas avançam e comunidades inteiras seguem abandonadas. Se continuarmos tratando a destruição da Amazônia como um problema distante, logo descobriremos que o grito da floresta era, na verdade, um pedido de socorro de toda a humanidade.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Rir é a melhor opção: Brasil 7 x 0 Singapura. Enfim, vingamos o 7x1.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

O que adianta golear um time fraco como Singapura? Quando participa de torneios com times fortes, é um vexame total.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Ajuste fiscal: há pontos positivos e negativos na proposta. Vale a pena maior discussão quanto ao nível de gastos do governo, taxação dos mais ricos e redução de emendas parlamentares.

Marcos Paulino — Vicente Pires

Aliado de Marinho defende voto aberto na disputa pela presidência do Senado. Mas voto aberto é o que o povo tem direito, e eles são sempre contra. Agora, quando é interessante para eles, defendem.

Paulo Rocha — Ceilândia

Eixão

Sugiro o fechamento e abertura das passagens subterrâneas, a saber: abertura às 6h e fechamento às 22h. Esses procedimentos poderão ser feitos com grades, portas, no que for melhor. Manter um policial no período das 6h às 14h e outro das 14h às 22h, para evitar danos às passagens. Esses policiais abririam e fechariam essas passagens. Com relação à velocidade do Eixão, a velocidade limite deveria ser de 70Km/h.

» **Luiz Ferreira Filho**
Asa Norte

» correiobraziliense.com.br

ARTIGO

Em *Câncer de pulmão como prioridade de política pública no Brasil*, Gustavo Prado, presidente da Aliança Brasileira de Combate ao Câncer de Pulmão e membro da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT), articula por que o enfrentamento à doença não pode depender de respostas desarticuladas ou de receitas mágicas. Confira no site do **Correio**

BLOCO DE NOTAS

O jornalista Carlos Alexandre de Souza analisa a disputa no Congresso pelo ajuste fiscal. O adiamento da votação do projeto de lei complementar proposto pelo governo federal e o duelo entre a base de Lula e a oposição terão novos rounds nesta quarta-feira.

Senado adia votação de destaques do ajuste fiscal

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*